

**ISABEL CASTRO HENRIQUES**

**TERRITÓRIO E IDENTIDADE**  
**O DESMANTELAMENTO DA TERRA AFRICANA E A CONSTRUÇÃO**  
**DA ANGOLA COLONIAL**  
**(c. 1872-c. 1926)**

SUMÁRIO PORMENORIZADO DA LIÇÃO DE SÍNTESE APRESENTADA A PROVAS PARA  
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE PROFESSOR AGREGADO DO 4.º GRUPO (HISTÓRIA) DA FACULDADE  
DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, CONFORME O DECRETO-LEI 301/72 DE 14 DE  
AGOSTO.

LISBOA  
2003

## PLANO DA LIÇÃO

O OBJECTO: FUNDAMENTAÇÃO E PROBLEMÁTICA .....	3
ESTRUTURA .....	8
1. Terra, território identidade: concepção, usos sociais e simbólicos, marcadores territoriais e mentais dos espaços “angolanos” .....	8
2. A fragmentação científica da terra africana. O desmantelamento dos territórios africanos e a construção do território angolano colonial .....	9
3. A coabitação conflitual dos dois sistemas .....	10
CONCLUSÃO.....	14
BIBLIOGRAFIA.....	15

## O OBJECTO: FUNDAMENTAÇÃO E PROBLEMÁTICA

“Mas o território não é o mapa”<sup>1</sup>

O objecto de estudo desta Lição – **Território e identidade. O desmantelamento da terra africana e a construção da Angola colonial (c. 1872-c. 1926)** –, integra-se no trabalho de investigação e de reflexão que tenho vindo a desenvolver nos últimos seis anos. O seu eixo central procura analisar e compreender as formas diversas, antagónicas ou complementares, que participam na escolha dos espaços e na construção das formas sociais impostas pelo carácter gregário da espécie *Homo Sapiens*. Esta investigação depende também dos conceitos propostos pela historiografia europeia, e muito particularmente da “longa duração”, que Fernand Braudel transferiu da historiografia alemã para uma formulação francesa mais ágil e operatória<sup>2</sup>. Fernand Braudel sublinhava a impossibilidade de compreender e de explicar as sociedades sem levar em conta a sua história, aceitando-se o princípio de uma evolução lenta, às vezes quase imperceptível, que depende também das suas relações com a biosfera, incompreensíveis sem o inventário e a análise dos sistemas mentais (incluindo o religioso), sociais e económicos.

O homem foi necessariamente obrigado a proceder ao inventário da natureza, para distinguir o útil do perigoso ou do nefasto, e para passar de um estatuto de dependência, a uma situação em que pudesse controlar uma parte dessa natureza, domesticando rios e lagos, montanhas e vales, assim como plantas e animais. Prodigiosa soma de tarefas a dos nossos antepassados, obrigados a inventar o seu próprio conhecimento, não sabendo ainda que dessa produção e acumulação de conhecimentos dependia, continua a depender, o próprio processo de socialização. Descobrir a igualdade exigiu a definição da diferença, sua complementar. A dialéctica da relação do Mesmo com o Outro, sem a qual não é possível compreender nenhum dos aspectos da alteridade, depende por isso das condições de socialização.

Pode-se encarar a necessidade de uma história comparada dos processos de socialização, implicando o conhecimento, as concepções e as utilizações sociais dos territórios: tal quer dizer que o *Homo Sapiens* começou a organizar a tarefa da “globalização” a partir do momento em que se deu conta da aplicabilidade do conhecimento a regiões que não eram as suas. Por mais partilhado que estivesse o mundo, não podia haver dúvida quanto às parecenças dos conhecimentos e das técnicas adoptadas para levar a cabo a estruturação das formas e das práticas sociais: territórios, identidades, concepções e práticas dependiam do mesmo modelo em via de se universalizar, embora se admitisse a fragmentação.

Os últimos avanços da paleontologia permitem reforçar a importância do continente africano na emergência dos vários *Homo* e mais particularmente do *Homo sapiens*. Quer seja na Etiópia, na África do Sul ou nos Camarões, multiplicam-se as provas dessa operação que forneceu o alicerce da própria espécie:

---

<sup>1</sup> BOTELHO, Eduardo J., *Mas o território não é o mapa*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1981.

<sup>2</sup> BRAUDEL, F., 1958.

o conhecimento progride na relação directa com a multiplicação dos indivíduos, obrigados a “inventar” a sua natureza: o homem não pode ser entendido senão através dessa relação de oposição e de complementaridade que organiza com a natureza. Por sua vez, estas operações implicam a socialização. Se é certo que o conceito é importado da sociologia, é precisamente porque a história, sobretudo nos últimos vinte anos não hesita em recorrer a ciências que até então não tinha utilizado.

Dir-se-á que o objecto e os temas a desenvolver nesta Lição são aparentemente demasiado devedores de antropologia e da geografia/ecologia, mas inscrevem-se eles numa corrente dinâmica dos historiadores contemporâneos que não hesitam em integrar na organização das suas problemáticas as contribuições de outras disciplinas. Tal situação permitiu-lhes abrir campos temáticos inovadores, como a alimentação e a cozinha, o corpo, a festa e a orgia, a família e a sexualidade, a escravatura, as formas de socialização do espaço. Georges Duby, como Emmanuel Le-Roy Ladurie como Michel de Certeau, ou ainda Michel Foucault – entre muitos outros –, não hesitaram em integrar no fabrico da história os conceitos, as técnicas e as práticas de outras disciplinas. Poder-se-á afirmar que a História é certamente a disciplina mais antropofágica no quadro das ciências sociais.

Algumas correntes da historiografia relativa à África contemporânea aceitam, sem discussão e frequentemente sem análise e sem crítica, a ideia de uma perfeita coincidência entre o *mapa* e o *território*, esquecendo que o mapa não é mais do que um sistema de símbolos<sup>3</sup>. E um poeta açoriano encontrou a que parece ser a melhor maneira de salientar os cuidados que o historiador deve ter na sua relação com mapas e com territórios: “Mas o território não é o mapa”, pondo assim em evidência a importância dos factos existenciais que não só criam a natureza mas exigem – mais do que permitem – a organização de formas de sociabilidade. O mapa não pode deixar de miniaturizar o território, e este recupera sempre a sua proeminência quando os homens são obrigados a cumprir as tarefas que os alimentam, material e espiritualmente.

Se bem que os historiadores, em particular Henri Brunschwig<sup>4</sup>, tenham analisado as decisões da Conferência de Berlim, para salientar não ter havido em Berlim a “partilha” efectiva de que tanto se fala, a verdade é que as ideologias nacionais e até intercontinentais acabaram por instrumentalizar a relação entre fronteiras e Conferência de Berlim. Esta operação apresenta o carácter deveras particular de não ter havido em Berlim a presença de qualquer africano. Prova da vontade europeia de hegemonia<sup>5</sup>, a Conferência contribuiu, mesmo se indirectamente, para a fixação dessas fronteiras, que a defunta OUA tornou indiscutíveis e destinadas à duração eterna!

A conquista colonial, geralmente estudada nas suas práticas militares, que reforçam a dominação dos homens, esquece o elemento crucial da construção do edifício colonial: a metamorfose da “terra” – e dos “territórios” – africanos, substituídos pelo território colonial, gerido pela administração colonial e pelos colonos. Ou seja, procura transformar-se a terra africana (que integra, não o esqueçamos, o espaço religioso ou sagrado), em simples território europeu, o que expulsa as forças religiosas africanas, operação indispensável à laicização da terra e que precede e autoriza a sua comercialização. Pode dizer-se que

---

<sup>3</sup> Ver sobre esta questão a reflexão de WUNENBURGER, J.-J., 1996.

<sup>4</sup> BRUNSCHWIG, H., 1972.

<sup>5</sup> Os Estados Unidos não participavam oficialmente na Conferência, mas tinham enviado observadores.

encontramos aqui o suporte fundamental que separa os africanos dos europeus: para os africanos a terra não é valor de troca, pois ela não pertence ao grupo senão graças à mediação dos espíritos; para os europeus a terra só adquire o seu verdadeiro sentido comercial a partir do momento em que pode ser apropriada por uma pessoa que, por esta via, a pode propor no mercado. O valor de uso social e simbólico opõe-se neste caso de maneira violenta ao valor de troca.

O eixo teórico fundamental que serve de guia a esta lição é precisamente este:

A terra africana é abrangente, engloba todos os territórios africanos: a terra é o cosmos, ao passo que os territórios nacionais ou familiares – qualquer que seja a sua dimensão –, só podem resultar da fragmentação do cosmos. O cosmos é a unidade matricial; os territórios são unidades menores que nele se inscrevem, dependentes em grau a sua autonomia<sup>6</sup>. O território africano colonial é um todo delimitado por fronteiras políticas, podendo ser retalhável em fragmentos, as “terras” dos europeus – fazendas, plantações, quintais, hortas, jardins, terrenos de construção – ou seja unidades e propriedades privadas que podem ser trocadas, vendidas e que podem ser também representadas graficamente, introduzindo nas práticas africanas um elemento que dela estivera ausente: a representação cartográfica, o mapa, instrumento indispensável à organização, à gestão e à exploração do território colonizado.

A terra africana, assim como os espaços ocupados pelas comunidades humanas, são assim transferidos da criação de Deus – ou seja, são “desdivinizados”, dessacralizados por consequência – para ser integrados nas regras da representação cartográfica, que não só medem a superfície da terra, mas a integram no sistema simbólico da representação ocidental. As expedições coloniais têm sempre como objectivo definir parâmetros geográficos identificáveis. Encontramos nos textos dos navegadores múltiplas referências às “conhecenças” que permitiam que os navegantes identificassem a costa e, através dela, a estrutura territorial. Mais tarde os europeus viajam com instrumentos, entre os quais os teodolitos, que permitem inscrever o território, ou a terra, numa grelha definida pela latitude e pela longitude, as quais permitem por sua vez definir os fusos horários. A terra é assim laicizada, operação que por sua vez permite a criação do território colonial.

Não é possível esquecer que a identidade é estruturalmente etnocêntrica: o indivíduo é o que é ou o que pretende ser devido à sua integração num grupo, instalado num território próprio, que se define não só pela sua estrutura específica, mas pela diferença que o separa do Outro. O território define-se por isso pela relação que sustenta com a história, e que se exprime não só na presença dos espíritos dos antepassados, mas pela acumulação de sinais e de marcadores, uns criados pela natureza e reinterpretados pelos homens, os outros provindo do imaginário do indivíduo e da sua sociedade. Um homem define a sua identidade por meio de alguns suportes: primeiro pelo facto de pertencer a uma família, a qual está integrada num clã, numa comunidade, numa nação. Esta aparente dependência do indivíduo e da família em relação às unidades superiores, não deve contudo enganar-nos: é a soma das pequenas identidades que autoriza a construção global da identidade, a qual está historicamente ligada a um território. Expulsar os

---

<sup>6</sup> Em trabalho anterior tinha já posto em evidência a importância ideológica e operacional das “fronteiras dos espíritos”, que integram o território ocupado pelos homens no espaço ocupado pelos espíritos. HENRIQUES, I. Castro, 1998.

homens de um espaço, condená-los a errar sem terra e sem território, corresponde a uma condenação à morte, quando mais não seja pela irrupção da anomia.

O objectivo desta Lição pretende justamente pôr em evidência a não coincidência – a “descoincidência”, seria preferível dizer – entre as realidades africanas relativas às concepções, aos usos sociais e religiosos, às representações simbólicas da terra e dos territórios africanos, cujas fronteiras físicas só podem ser eficazes quando mobilizam também os espíritos. Tais territórios contêm nos seus limites as formas de construção da história e do indivíduo, que permitem a autonomia das identidades e as leituras europeias necessariamente redutoras e agressivas, na medida em que o etnocentrismo europeu não pode furtar-se à necessidade de dismantelar os suportes psíquicos dos homens e os alicerces ideológicos dos grupos. Embora correndo o risco de ser tautológica, deve considerar que não há espaço africano que não esteja carregado de história, a qual é o resultado de milhões de vidas, que procuraram muitas vezes concentrar em símbolos o conhecimento e os projectos do futuro. O mapa não pode dar conta desta multiplicação de presenças, na medida em que não pode deixar de reduzir, de miniaturizar. Esta operação – a que se não pode recusar o suporte científico – permite dar uma orientação e simultaneamente simplificar as tarefas de colonização e do colonialismo que lhe está obrigatoriamente associado. Ou seja, o esforço colonial vai no sentido de fazer coincidir território e mapas, de maneira a poder impor tarefas, entre as quais contam a expulsão ou a deslocação dos homens.

Torna-se óbvio que não podemos deixar de nos interrogar a respeito das condições de coabitação, forçosamente conflitual, entre os sistemas africanos e europeu em Angola – o nosso espaço de análise – na primeira fase da dominação colonial portuguesa, aquela em que o colonizador pretende precisamente construir o *seu território* e criar uma *identidade nova* (integradora do colono) que lhe permitam a concretização dos seus projectos coloniais.

“Campanhas militares”, “guerras de pacificação”, “operações de ocupação efectiva” constituem certamente uma panóplia de fórmulas que reflectem vertentes importantes da política colonial portuguesa nos finais do século XIX e no primeiro quartel do século XX, mas se alargarmos a nossa reflexão damos conta que o dismantelamento das estruturas territoriais africanas, dos seus marcadores simbólicos e dos seus usos sociais, é o elemento estruturante das estratégias portuguesas destinadas a criar o território colonial angolano que tem como corolário a formação de uma identidade angolana. Poder-se-á dizer que existe uma relação dialéctica entre a reorganização dos territórios e a reconstrução obrigatória das identidades. Tal é a razão da presença, no título desta Lição, da identidade. Se ela não aparece quase nunca no primeiro plano desta reflexão, ocupa um lugar tão primacial como o do fantasma do pai no Hamlet: reduzido à função de fantasma são as suas aparições que determinam o sentido da acção das demais personagens.

Convém todavia explicar os marcos cronológicos utilizados que recorrem a documentos relevantes para a História de Angola: o ano de 1872 marca, no estado actual dos nossos conhecimentos, uma viragem nos conteúdos de uma produção escrita angolana que foi recentemente publicada: as relações conflituais entre africanos – da região dos Dembos – e portugueses parecem ter entrado num movimento de

*crecendo*, os portugueses procurando quebrar a hegemonia africana e aumentar o seu controlo dos espaços angolanos<sup>7</sup>.

É também o momento em que os portugueses compreendem a necessidade de organizar explorações científicas – e não já comerciais – comandadas por militares capazes de proceder à recolha sistemática e exaustiva da informação relativa às terras e aos homens africanos. A Sociedade de Geografia de Lisboa, criada em 1875, veio permitir a concretização desses projectos de exploração da África.

O ano de 1926 – caracterizado por uma conjuntura excepcional (de violência) que vai do golpe de Estado ditatorial português ao fim das operações de “pacificação” de Angola – é aqui retido por datar a elaboração de um Projecto de Ferreira Diniz, antigo Secretário para os Assuntos Indígenas do governo de Norton de Matos em Angola, intitulado *Plano de Política Colonial em Angola*, apresentado à Assembleia Geral da Sociedade de Geografia de Lisboa<sup>8</sup>. O autor traça em Maio de 1926, as orientações fundamentais para estar em condições de organizar o *território* angolano. Ou por outras palavras, encarava-se como indispensável o desmantelamento dos territórios dos africanos que ainda não eram angolanos.

É certo que se não trata da documentação exclusiva utilizada, mas de marcadores cronológicos, já que este estudo não seria possível sem o recurso a outras fontes e a outros autores como Capello e Ivens, Serpa Pinto, Henrique de Carvalho, Paiva Couceiro, João de Almeida, António de Assis Júnior<sup>9</sup>. Acrescente-se sempre a este tipo de inventário, o documento elaborado em Tete por Pedro João Baptista, que descreve os pontos mais significativos da expedição que o levou, entre 1802 e 1814, de Mucari a Tete, com uma demorada passagem pela Musumba dos lunda centrais. As fontes são diversas, como diversos foram projectos e iniciativas coloniais. Estas fontes – todas escritas – não são homogêneas, e caracterizam-se sobretudo pela diversidade de visões e de juízos, mesmo se o contraste mais significativo é aquele que opõe a visão do africano Pedro João Baptista – apesar do seu manuscrito ter sido “arranjado” para ser impresso –, e os demais europeus<sup>10</sup>. Mas já se pode encontrar uma visão convergente entre Pedro João Baptista e António de Assis Júnior que participou muito activamente nas tentativas dos nativistas angolanos, fatalmente urbanos, para impor uma visão angolana do país.

---

<sup>7</sup> AFRICAE MONUMENTA, 2002.

<sup>8</sup> Foi já nesta qualidade que Ferreira Diniz procedera à compilação de estudos sobre as populações angolanas que publica em 1918. Saliente-se que no mesmo ano – 1926 – o autor publica também um estudo intitulado *A missão civilizadora do Estado em Angola*. O autor dá-se conta da necessidade de reforçar a convergência entre *política* e *missão* sem a qual não há colonização eficaz.

<sup>9</sup> CAPELLO e IVENS, 1881; PINTO, Serpa, 1881; CARVALHO, H., 1890a e 1890-1894; COUCEIRO, P., 1898 e 1910; ALMEIDA, J., 1909 e 1912; JÚNIOR, A. Assis, 1917 e 1936.

<sup>10</sup> BAPTISTA, Pedro João, 1843.

## ESTRUTURA

### 1. Terra, território, identidade: concepção, usos sociais e simbólicos, marcadores territoriais e mentais dos espaços “angolanos”.

#### 1.1. A anterioridade da terra relativamente ao homem: este só pode instalar-se graças à benemerência divina.

- Os mitos de criação repetem vezes sem conta a intervenção de um taumaturgo encarregado de “criar a terra”; o herói fundador da nação solicita às divindades – aos espíritos – locais autorização para aí instalar o seu grupo e organizar o seu território. Este processo cria uma identidade que se alimenta e se consolida através de uma relação contínua e “cultivada” com os espíritos.
- Os espíritos exprimem a ligação entre os vivos e os mortos – isto é, os antepassados –, frequentemente divinizados. A sociedade deve assim prestar sempre contas aos espíritos, garantes da própria identidade e da construção histórica do grupo.

#### 1.2. Os usos sociais do território controlados pelos espíritos

- A terra permite a construção do território e este é caracterizado pela multiplicação de sinais destinados a assegurar a sua utilização e o seu controlo, assim como a presença dos espíritos. Victor Turner, tal como Henrique de Carvalho assinalam a função das árvores, marcadores da história, como no caso da história da criação mítica do império lunda<sup>1</sup>.
- Caminhos, abrigos, pontes, rios e a sua gestão: não só estão incluídos na definição de uma geografia funcional, mas só podem ser livremente percorridos após a realização de cerimónias rituais, sob a direcção de um *nganga*. Este dispositivo religioso autoriza o poder político a criar as condições para assegurar o controlo da circulação (abrir e fechar caminhos, instalar abrigos e postos para a cobrança dos direitos de passagem, estabelecer portos fluviais e designar barqueiros, construir pontes) e das operações – frequentemente comerciais – e de garantir a coesão do território.
- Cerimónias rituais: não pode verificar-se qualquer utilização do território sem previamente organizar todas as operações exigidas pelo contacto directo com os espíritos que nele habitam. As cerimónias rituais que concentram a concepção religiosa do mundo, tal como o grupo o concebe, funcionam como reguladores tanto de actividades económicas – agricultura, caça,

---

<sup>1</sup> TURNER, V., 1967 e CARVALHO, H., 1890a.



pesca, criação de gado, comércio – como de operações ligadas à organização social e às formas de parentesco – tais como a iniciação e o casamento, que definem, nas sociedades africanas, as condições de autoridade e de dependência. A própria organização do poder depende da intervenção do religioso, igualmente presente nas mais diversas festas da comunidade, sempre marcadas ritualmente através da dança, do canto, da música, da bebida. Estas cerimónias rituais permitem ao grupo afirmar a sua autonomia e a sua identidade no quadro interno e nas relações com os outros, reforçando a sua própria coesão e o reconhecimento do seu território.

- A língua faz parte de uma herança biológica: o homem é, entre os animais, o único que possui uma língua articulada. A língua “materna” cria um espaço de autonomia e de identidade: o estrangeiro é acima de tudo aquele que não fala nem compreende a nossa língua. É a língua que nomeia as coisas e permite a sua manipulação. A língua autoriza também a criação de formas iniciáticas destinadas a assegurar as relações com os espíritos.
- Por sua vez o homem é também aquele que habita, inscrevendo no espaço e na natureza estruturas sempre complexas, recorrendo aos materiais fornecidos pela natureza e articulados de acordo com os projectos do grupo. O espaço da aldeia, que é também o espaço da habitação, respeita as hierarquias, assim como as necessidades das comunidades – como os celeiros ou os currais, ou ainda as capoeiras – correntes ou ritualizadas.

### **1.3. Os marcadores do território – no sentido quase marítimo de conhecimentos**

Não existindo uma teoria dos marcadores ou dos sinais que definem a originalidade dos territórios, nem sendo esse o objectivo deste estudo, encontrámo-nos perante a necessidade de construir uma grelha interpretativa capaz de nos permitir uma arrumação eficaz, mesmo se provisória, dos elementos identificadores do espaço.

- Marcadores “vivos”

Um território escolhido é necessariamente transformado tendo em vista duas operações: a adequação ao projecto do grupo e a reciclagem do próprio sistema ecológico; os homens veneram e simultaneamente controlam os espíritos e domesticam plantas e animais. Daí a importância do que podemos considerar como os “marcadores vivos”, isto é aqueles que, criados pela natureza, devem ser interpretados e classificados em vista do processo de socialização: as águas, em primeiro lugar, pois o homem depende da água doce, distinguindo as águas vivas das águas mortas, as águas visíveis das invisíveis, as águas caindo do alto ou irrompendo do baixo. O mesmo se regista no que se refere à vegetação, na medida em que o panteão africano sendo ctónico (o que explica que durante séculos os africanos tenham rejeitado o calçado, que impedia a comunicação directa e constante do homem com os espíritos), está apertadamente associado à própria vitalidade da flora, cujas raízes o penetram e dele se alimentam. Esta estrutura vegetalizante encontra uma afirmação plena nas condições em que um grupo que decide transferir a sua instalação – o que pode ser determinado pelo

esgotamento das terras cultiváveis – leva consigo um ramo de mulembeira, para o plantar no novo local de fixação: se ganha raízes, tal quer dizer que os espíritos já instalados na terra, aprovam essa instalação. Se, contudo, a mulembeira seca, tal deve ser – e é – interpretado como uma rejeição dos espíritos. Neste caso, o ramo de mulembeira assinala a relação viva entre o homem, a terra, as plantas e os espíritos.

- Marcadores “simbólicos”

Não há marcador que não dependa de uma carga simbólica, mas estes simbolismos possuem uma hierarquia: há aqueles que estão mais próximos da articulação homem/religião, enquanto outros mantêm com os espíritos relações mais ténues. Utilizando as informações obtidas junto das populações, no que podemos considerar como um “trabalho no terreno”, Henrique de Carvalho<sup>2</sup> dá conta das funções religiosas de algumas espécies vegetais, que formam uma espécie de estrutura simbólica, que os homens devem não só conhecer mas respeitar e difundir. Mas Victor Turner<sup>3</sup> reforça as informações do século XIX obtidas por Henrique de Carvalho – já antes avançadas por Pedro João Baptista, Lazlo Magyar ou António da Silva Porto<sup>4</sup> – salientando a existência de um cromatismo simbólico, que se exprime na complementaridade antagónica do vermelho e do branco – cores obtidas a partir de elementos vivos como a tacula, árvore que fornece o vermelho e os caolinos que dão o branco – cores todavia polisémicas, como se verifica no caso do vermelho que identifica a autoridade, assim como a guerra ou o sangue, animal ou humano, derramado em excesso. Se bem que pouco informado dos particularismos africanos, o dicionário que Michel Pastoureau<sup>5</sup> consagrou ao inventário das cores, presta aqui grandes serviços, na medida em que a cor depende agora da sua própria história.

Nas iniciações masculinas recorria-se a um “complexo de máscaras” – em que a cor, a forma e os materiais definem a função ritual – que permitiam que a sociedade pudesse estabelecer contacto directo com os espíritos. A máscara não dissimula o homem, pois permite sobretudo a manifestação física dos espíritos, que podem ou participar nas suas danças, ou arrastar o grupo para os seus próprios ritmos.

- Marcadores “fabricados”

Mas se incluímos as máscaras nos marcadores simbólicos não podemos esquecer que elas concentram não só o talento dos artesãos mas o conhecimento íntimo das matérias-primas – fibras, essências, resinas, corantes – conjunto organizado em função das tarefas simbólicas a levar a cabo. Sabendo-se que como outras sociedades, as sociedades africanas não podem conceber-se sem uma componente simbólico-religiosa. Todavia as sociedades africanas fabricam outros objectos submetidos a processos de sacralização, de dimensão variável, para instalar nos caminhos uma espécie de santuários que divinizam o próprio caminho e permitem

---

<sup>2</sup> CARVALHO, H., 1890-1894.

<sup>3</sup> TURNER, V., 1967.

<sup>4</sup> BAPTISTA, P.J., 1843; MAGYAR, Lazlo, 1853; PORTO, A. Silva, 1885-1886.

<sup>5</sup> PASTOREAU, Michel, 1996.

que os viajantes invoquem e prestem homenagem aos espíritos. Ou seja, a sacralização dos caminhos traduz uma operação destinada a assegurar a socialização da natureza. A sua própria existência deve reduzir a autoridade e os movimentos dos colonizadores.

- Marcadores “históricos”

Há também que registar as marcas históricas, particularmente significativas nas sociedades sem escrita banalizada. Se não podemos falar de uma espécie de arquivos disseminados na natureza, é já possível salientar a importância de monumentos cuja interpretação implica a mobilização da história do grupo. Tal como em outras circunstâncias, damos-nos conta da impossibilidade de compreender as articulações internas das sociedades africanas sem a mobilização constante da história: a dos homens, reforçada pela da natureza e dos objectos fabricados, para estabelecer relações contínuas com os espíritos que, genericamente, os europeus incluem no quadro dos “feitiços”. É muito conhecida na literatura internacional a árvore que, no espaço político dos lunda, é apresentada como aquela que presidiu ao primeiro encontro entre Tshibinda Ilunga, o caçador luba – herói fundador – e Lueji, a princesa destinada a suceder no trono a seu pai<sup>6</sup>. É evidente que a idade da árvore não coincide com a cronologia dos acontecimentos históricos: todavia, ela continua a preencher de maneira eficaz a sua missão de “monumento histórico”, datador dos primeiros momentos da criação do império.

- Marcadores “musicais”

Os marcadores musicais ou sonoros devem ser igualmente considerados pois sabemos que os tambores são utilizados não só para produzir música, mas também para permitir estabelecer relações a longa distância entre os diferentes grupos, ajudando assim a assegurar a coesão do território<sup>7</sup>. Não faltam documentos em que os viajantes europeus manifestam a sua surpresa: quando chegam a uma aldeia já esta está informada da sua presença, tal como está a par dos caminhos seguidos. A floresta não é de maneira alguma um espaço mudo, pois os africanos recorrem constantemente à linguagem musical. Música utilizada pelos próprios viajantes, que ou utilizam o kisanje ou não hesitam em levar aves canoras em gaiolas para compensar a solidão do caminhante. Mas neste caso verifica-se que um dos suportes mais evidentes do processo de socialização está ligado a uma tríade fundamental: música, dança, canto. O colectivo impõe a sua própria estrutura, não recusando a afirmação da autonomia de cada um dos participantes. Se o colectivo é uma das marcas da organização africana, não é ele destinado a impedir a manifestação dos projectos e das competências individuais.

- Marcadores “funcionais”

Há certamente nesta “categoria” que intitulei “marcadores funcionais”, muitos outros sinais que só aparecem de maneira fortuita nos documentos e trabalhos dos historiadores e dos

---

<sup>6</sup> Ver uma representação da árvore in CARVALHO, H., 1894, p. 252.

<sup>7</sup> Sobre esta questão ver ROUGET, 1961 e TURNER, 1967.

etnólogos. Farei referência em particular àqueles que estão ligados à actividade comercial que, nesta região, desempenhou ao longo dos séculos, um papel fundamental na organização das sociedades de África ocidental e central, a sul do Equador.

Os caminhos do comércio multiplicam os sinais que os especialistas devem interpretar para permitir o avanço da caravana. O caminho, qualquer que seja, também depende da sua história, e os sinais que os especialistas identificam e interpretam, revelam a densidade da presença dos homens. Não havendo uma cartografia dos caminhos, devem estes ser identificados recorrendo a marcadores, vegetais, minerais ou aquáticos. Mas encontramos também sinais construídos pelos homens que balizam e institucionalizam os caminhos – o que evidencia a importância normativa das relações comerciais – criando um espaço próprio (e controlável) para a circulação e o descanso de quantos se entregam à actividade comercial<sup>8</sup>. A eficácia destes marcadores está amplamente provada pela própria organização das sociedades que, sendo autónomas, independentes, não recusam a relação com os outros, qualquer que seja a violência etnocêntrica desse relacionamento.

## **2. A fragmentação científica da terra africana. O desmantelamento dos territórios africanos e a construção do território colonial angolano**

### **2.1. Os instrumentos que permitem a fragmentação e a delimitação científicas do território.**

- Alguns dos instrumentos mais visíveis continuam a ser os marcos geodésicos, utilizados pelos geógrafos para autonomizar os pontos de observação e de medida. São eles injectados na própria terra africana, assegurando não só a força da técnica europeia, mas fornecendo as indicações indispensáveis à organização do território colonial e, por extensão, à europeização da terra.
- Instrumentos de medição da latitude e da longitude, altímetros, aerómetros, bússolas, termómetros, barómetros: o território é medido e reconhecido para poder ser inscrito na cartografia, que permite por sua vez a sua participação na mundialização, de que a geografia é um dos agentes.
- A utilização da máquina fotográfica, com dois objectivos: a produção do exótico, homens, mulheres, animais, o que também se alarga à natureza – banalização do imbondeiro –, mas também permite ela, a redução do território das populações e das naturezas a uma série de pequenas imagens que se podem multiplicar, mostrar e estudar.

---

<sup>8</sup> Ver, por exemplo, LIVINGSTONE, 1859, p. 421.

## 2.2. A representação simbólico-científica do território - a construção de Angola.

- A criação das fronteiras aparece como uma tarefa prioritária, na medida em que impede que o território seja dissolvido nas unidades vizinhas, que se caracterizam sempre por um imenso apetite territorial. Passar da materialidade do território à sua representação simbólica assegurada pelos mapas, permite dar uma visibilidade inédita à própria colónia angolana, que pode assim marcar no espaço simbólico do mapa não só os limites fronteiriços, mas também os acidentes internos que autonomizam o território: rios, lagos e quedas de água, vales e montanhas;
- Por outro lado, estas representações cartográficas permitem proceder a duas operações simultâneas: identificar e inventariar as populações, e inscrevê-las num mapa. Pode também elaborar-se o inventário demográfico: quantos são? onde estão? Estas duas coordenadas são indispensáveis para distinguir o ocupado do ainda vazio, informação fundamental para organizar a famosa política da ocupação.
- Pode-se também verificar que a cartografia serve para levar a cabo as políticas discriminatórias: por exemplo, os caminhos de ferro e uma parte substancial das estradas servem sobretudo para trazer do interior para o litoral as matérias-primas exigidas pelo funcionamento normal do facto colonial, assim como, para estabelecer as ligações entre as diferentes instalações portuguesas do interior; não sem que os caminhos africanos – designados de “gentílicos” –, cada vez mais desqualificados e transformados muitas vezes em simples “picadas”, continuem a ser utilizados. Visualiza-se assim a construção de uma rede de circulação que põe em evidência os espaços já controlados ou a controlar.
- Os mapas mais provocadores são efectivamente os de Ferreira Diniz elaborados em 1916 – o seu verdadeiro autor continua por identificar – e publicados em 1918<sup>9</sup>. Os homens Outros são acima de tudo considerados em função dos caracteres somáticos, acaso reforçados pelas marcas corporais, pelos sistemas culturais “primitivos”, mas sobretudo pelas línguas. Tal foi a tarefa da “etnografização” cartográfica de Angola: criação de “povos” apresentados como unidades culturais autónomas, delimitação dos seus territórios, representação dos espaços linguísticos. Se a “geografização” do território aparece tanto no plano simbólico como no pragmático como uma das operações essenciais da colonização, as representações “etnográfica” e linguística de Angola fornecem os “conteúdos” populacionais “angolanos”, estabelecendo a sua distribuição no território colonial. Se os mapas instilam rigidez conceptual e pragmática falsa, permitem fixar o território colonial moderno, delimitando-o e organizando-o, procedendo ao dismantelamento simbólico dos territórios africanos e criando as condições para levar a cabo os projectos e as políticas de exploração de Angola.

---

<sup>9</sup> DINIZ, 1918.

### 2.3. Projectos e políticas de desmantelamento da terra e dos territórios africanos

Os projectos de definição das políticas coloniais multiplicam-se desde os finais do século XIX tendo como objectivo desmantelar as estruturas que asseguram a autonomia dos territórios africanos, substituindo-as por sistemas de organização europeus. Na prática, verifica-se uma discrepância contínua entre as ambições humanistas e globalizantes dos portugueses e a mesquinhez das suas realizações.

- As políticas de desmantelamento dos territórios africanos e de ocupação do espaço são múltiplas e funcionam em rede:
  - . a dilaceração da terra, dos territórios, dos caminhos africanos, a eliminação dos seus marcadores simbólicos e funcionais resultam da construção dos caminhos de ferro e das redes rodoviárias – que seguem a trama traçada pelas redes de circulação africanas –, da injeção de automóveis, de camionetas, de máquinas e de objectos inéditos que o comércio português vai banalizando e pelo próprio sistema linguístico adoptado nas operações de geopolítica;
  - . a introdução de culturas industriais – café, algodão, açúcar – que pelo seu perfil próprio exigem grandes superfícies de terra, e a expropriação dos africanos das suas terras ancestrais; também as culturas obrigatórias impõem aos africanos novos sistemas de produção em função dos interesses dos colonizadores;
  - . a multiplicação de estruturas urbanas – das povoações comerciais às cidades – as quais exigem a reorganização dos espaços, a expulsão dos africanos, a instalação de colonos e de autoridades administrativas e dos próprios africanos integrados no regime do trabalho colonial, na zonas periféricas e desclassificado;
  - . a organização de medidas administrativas e jurídicas e destinadas a eliminar a liberdade dos africanos: obrigatoriedade do pagamento do imposto de cubata (em dinheiro), imposição de regras de trabalho considerado o meio mais eficaz de “civilizar” o africano, a fixação do local de residência, a caderneta do indígena como corolário para consagrar a inferiorização do africano;
  - . o processo de “branquização” do território colonial. A injeção de colonos brancos, mas também a “branquização” do quotidiano dos africanos retirando-lhes qualquer forma de autonomia: comer, vestir, dormir, falar, rezar, trabalhar, organizar a casa segundo os modelos europeus. Imposições perversas já que são acompanhadas de forma de ridicularização dos africanos que aderem às propostas portuguesas. O papel das missões tanto no que diz respeito à expansão das religiões cristãs, como no que se refere à difusão dos valores e das práticas culturais do colonizador.
  - . a mudança dos sistemas simbólicos particularmente visível nas estruturas religiosas que se multiplicam (igrejas e capelas, cruzeiros e crucifixos), remetendo para o espaço do interdito as expressões religiosas dos africanos e desvalorizando linguisticamente (ídolos, feitiços, etc.) os seus símbolos religiosos. Mas também a introdução de símbolos portugueses

impostos aos africanos: a bandeira portuguesa cujo mastro pode ser espetado na terra “violando” os espíritos, a moeda quer metálica, quer em papel.

Transformar o território exige a imediata, e simbolicamente cruel, alteração das designações africanas, substituídas por nomes (*Ndalatando* passou a *Salazar* e *Uige* a *Carmona*)<sup>10</sup> destinados a reforçar a metamorfose das terras africanas em território português.

Graças a esta cientifização do território, os portugueses injectam-lhe qualidades que o desafricanizam, assinalando do mesmo passo as novas condições de dominação dos homens, das sociedades, das terras<sup>11</sup>.

### 3. A coabitação conflitual dos dois sistemas: antagonismos e cumplicidades

#### 3.1. A disjunção antagónica entre valores e práticas africanos e portugueses.

- Uma das questões teóricas que não pode deixar de ser aqui considerada reside na disjunção agravada dos vocabulários sociais, económicos e políticos. A invocação da legitimidade histórica, resultante da “anterioridade” portuguesa na costa ocidental africana, permite levar a cabo uma das mais prodigiosas operações ideológicas: transformar os africanos em formas residuais que só podiam continuar em África devido à generosidade dos portugueses, autorizando o aparelho colonial a encarar como tarefa prioritária, obrigar os africanos a trabalhar. Contra a evidência, a ideologia colonial denuncia de maneira violenta, constante e absurda o “ódio ao trabalho” ou “a preguiça”, que seriam as características principais do comportamento dos africanos. Mesmo quando um relatório do governador-geral Henrique de Paiva Couceiro<sup>12</sup> demonstra que a economia angolana só pudera funcionar graças à produção, quer dizer ao trabalho dos africanos, foi impossível corrigir este despautério. Esta ideologia do não-trabalho ou do contra-trabalho ocupa um lugar primacial no dispositivo colonial, na medida em que dá boa consciência aos aparelhos políticos e aos colonos: a ocupação das terras não podia ser considerada uma violência, pois convinha antes tratá-la como uma operação de salvação tanto da economia dos europeus, como da moralidade dos africanos.
- Também as economias africanas, que encaravam o valor de troca e o lucro de forma limitada, foram forçadas a mudar de escala. Sobretudo, esta operação punha em causa os fundamentos religiosos do funcionamento das estruturas africanas, embora, a uma escala modesta, os grupos tivessem procurado racionalizar as relações com os mercados internacionais e os resultados financeiros, concentrados num conceito quase inédito, em África: a “riqueza”<sup>13</sup>. Os espaços

---

<sup>10</sup> Ver GRANADO, 1947 e MILHEIROS, 1972.

<sup>11</sup> Sobre esta questão, ver o texto de GARCIA, J.C. e SANTOS, M.E. Madeira, 2000, que fornece inúmeras indicações importantes, mesmo se a complacência do seu eixo teórico não permite uma revisão crítica eficaz das leituras cartográficas.

<sup>12</sup> COUCEIRO, 1910.

<sup>13</sup> Sobre a “riqueza” – *upite* – no caso da população tshokwe de Angola, ver AREIA, 1985.

não dependem apenas, a partir de então, do religioso, tal como o não servem directa e constantemente: os espaços adquirem uma dimensão económica, que modifica de maneira sensível o catálogo das produções, tal como altera o próprio ritmo do trabalho. A violência deste sistema não depende dos colonos, por estar inserido no próprio sistema capitalista ao qual nenhum grupo consegue furtar-se. Se os conhecimentos iniciáticos do espaço continuam a revelar-se indispensáveis, convém considerar que os objectivos são já outros. Não faltaram até movimentos profético-messiânicos que, conscientes da importância dos actos económicos, procuraram adaptar-se às condições criadas pelo patronato europeu, que impôs as suas regras aos africanos. Quando consideramos por isso a evolução da ideia e da prática do trabalho, encontramos também uma mudança de escala, pois o capitalismo exige uma produtividade desconhecida até então pelos trabalhadores africanos.

- Todavia, no que se refere à definição dos espaços, assim como às condições de circulação, deve reter-se a estratégia do colonizador para construir as estradas que viessem enfim substituir as picadas e formar uma rede coerente de ligações internas: os chefes de posto, premidos pelos administradores, distribuíam a cada aldeia vizinha da estrada, frequentemente futura, algumas dezenas de quilómetros que deviam ser abertos, e mantidos em condições de funcionamento normal, o que implicava o trabalho cantoneiro dos moradores, em particular das mulheres, dado o facto de milhares de homens estarem já sob o regime de contrato, trabalhando nas plantações de café, de sisal ou nas actividades industriais ou comerciais. Ou seja, a redução do espaço dos africanos permite que se reforce a violência colonial. A pergunta principal reside alhures: teria sido possível assegurar estas formas de dominação sem a participação das autoridades africanas?

### **3.2. A dinâmica contraditória das cumplicidades**

Convém reflectir sobre a trágica cumplicidade entre uma parte dos africanos – sobretudo autoridades – e o colonizador. Começemos por estabelecer uma linha de demarcação entre as realidades do interior e as situações urbanas do litoral, onde as populações africanas mantêm uma relação secular com os portugueses que fatalmente suscitou, quanto mais não fosse pela lógica defensiva, cumplicidades, umas meteóricas, outras mais estáveis e eficazes.

- As situações de “cumplicidade” verificadas no interior, que esta análise não pode deixar de privilegiar – o território angolano e os planos coloniais portugueses “constroem-se” no interior, o litoral sendo já uma velha “aquisição” portuguesa – são complexas e contraditórias. A racionalização do espaço depende da estrutura do poder político, o que explica que o colonizador tenha sido forçado a instalar forças militares junto de cada um dos sobas principais. As relações dos portugueses com as autoridades africanas recorreram, sobretudo nos séculos XVIII e XIX, ao sistema dos “tratados ou acordos de vassalagem”. Os portugueses estavam



convencidos da eficácia quase “mágica” das cerimónias rituais da assinatura (de cruz, no que respeita à maioria dos chefes africanos) destes tratados que, segundo uma lógica medieval, lhes permitiam controlar os chefes africanos, os seus territórios e os seus dependentes. Quanto aos africanos, usavam os documentos e as relações por eles enunciadas em proveito de uma política própria que se inscrevia nas relações frequentemente conflituais entre chefes africanos para impor hegemonias regionais. O paradoxo desta situação reside no facto de estas hegemonias serem também utilizadas contra os portugueses, e elas explicam em parte a existência de bolsas de resistência africanas que nunca foram inteiramente liquidadas pelas forças portuguesas e forneceram até um forte apoio à construção dos nacionalismos modernos. Devemos também salientar – e trata-se de uma linha de continuidade – a *cumplicidade contraditória* que decorre do recurso ao “indirect rule”, ou seja à utilização das autoridades “tradicionais” para levar a cabo as tarefas definidas pela administração portuguesa em território colonial; frequentemente os portugueses eliminam os chefes africanos principais e “usam” as autoridades secundárias – os *seculos* – o que lhes permite dispor de um poder africano mais flexível. Esta forma de agir é – para alguns administradores portugueses – como é o caso de Manuel Alfredo de Morais Martins<sup>14</sup> – considerada indispensável ao sucesso da política colonial em Angola.

Estamos perante um outro paradoxo: as autoridades africanas dão ordens, impõem as orientações da administração portuguesa, mobilizam os trabalhadores africanos indispensáveis ao colonizador e recorrem até ao vocabulário do branco. Documentos escritos produzidos pelos africanos nos séculos XIX e XX permitem verificar uma identificação com os brancos, que funciona em paralelo com o desprestígio dos africanos, considerados como “gentio” ou, de maneira mais vulgar, “gente do mato”. Tudo se passa como se os chefes africanos obrigados a obedecer aos portugueses se sentissem eles próprios a necessidade de “inventar” um grupo de africanos inferiorizados que permitissem compensar as sequelas da dominação excessiva dos europeus<sup>15</sup>. Trata-se na realidade da utilização dos mecanismos do colonizador, que a lógica africana remete para as hierarquias seculares e para os dependentes “tradicionalmente” manipulados pelos chefes, desde sempre existentes nas sociedades africanas.

À ilusão do domínio absoluto por parte dos portugueses corresponde a ilusão africana de conseguir manipulá-los.

- Se a geografia dá conta das cidades, lugar e superfície, eventualmente produção e demografia, deve-se sobretudo considerar a violência da oposição entre a cidade e o mato – não o campo –, mas antes o mato. A violência do colonialismo aparece de maneira crua na adopção, por uma parte da própria população africana, de juízos negativos utilizados para designar, os africanos ainda não urbanizados. Alienados, no sentido socio-psiquiátrico do termo, alguns africanos, com algumas poucas excepções, procuram instalar-se no território do “branco” de maneira a obter algumas vantagens que, se não os torna iguais aos brancos, os autoriza a considerar-se

---

<sup>14</sup> MARTINS, Manuel Alfredo de Morais, 1998.

<sup>15</sup> Ver documentação africana publicada in *AFRICA E MONUMENTA*, 2002.

superiores aos outros africanos. A geografia demográfica, associada à estruturação dessa mesma história demográfica, permitem dar conta desta construção tripartida – o que não deixa de remeter para G. Dumézil<sup>16</sup> – cuja eficácia ainda não se diluiu inteiramente, transferida às vezes para as Américas ou a Europa.

Portugueses (cidadãos), “assimilados” e “gentios” ou “indígenas”, tal seria a fórmula a propor para sublinhar desta nova articulação das relações entre os diferentes elementos que, hierarquizados, dão conteúdo e consistência ao território colonial. Pode-se concluir salientando uma questão que parece essencial e que respeita aos africanos que buscam o proveito na “cumplicidade” com os portugueses: as relações com o diferente tornado quotidiano obriga-os a criar e a reforçar uma identidade própria que recusa a dissolução dos seus valores africanos. São eles, pois, elementos centrais para explicar a construção de uma identidade angolana.

### 3.3. Estratégias africanas de preservação da identidade

Se se verifica uma franja angolana que mantém relações de cumplicidade contraditória com os portugueses, está ela longe de ser maioritária, suscitando no entanto conflitos com os outros africanos e reforçando frequentemente o poder do colonizador. Mas a maioria das populações da Angola colonial que “perdeu” o seu território e as suas referências simbólicas e históricas, recusa diluir-se no sistema cultural português.

Podemos considerar que a estratégia dos africanos para salvaguardar as suas identidades e atenuar a conflitualidade entre africanos assenta em dois pilares fundamentais: parentesco e religião.

- A preservação do sistema de parentesco que estabelece relações hierarquizadas e ritualizadas permite resistir sob a autoridade dos mais velhos às tentativas de dissolução encaradas pelos portugueses para criar um amplo mercado de força de trabalho. O parentesco é pois uma estrutura permanente, com profundidade histórica (genealógica) secular e que fornece o suporte mais sólido para assegurar a perenidade das estruturas africanas. Trata-se, de resto, de estruturas partilhadas pelos africanos próximos dos portugueses e por aqueles que permanecem no mato. A administração colonial está tão consciente da importância decisiva desta estrutura que a utiliza no sistema elaborado para castigar os crimes dos “indígenas”: o débito é pago não pelo indivíduo, mas pela família.
- Não podemos separar todavia este inventário das estruturas familiares do religioso. A importância deste vector deriva entre o mais da recusa dos (que ainda não se “consideram”) angolanos de fornecer informações a respeito das suas práticas religiosas, a tal ponto que o rito do *kimpasi*, secular na prática congoleza, só começou a ser conhecido de forma fragmentária nos anos 1930, através do missionário jesuíta belga Van Wing.

---

<sup>16</sup> DUMÉZIL, 1968.

Ainda hoje podemos encontrar sinais da importância da presença dos espíritos em gestos quase espontâneos dos angolanos, derramando fracções das suas bebidas por terra, destinadas às divindades que aí permanecem. Tal como encontramos marcas das religiões africanas na aceitação da presença física dos *kazumbi* – espíritos – que se manifestam agitando as raízes aéreas das mulembeiras. Ou seja encontramos aqui uma das formas mais sensíveis e visíveis das condições de organização dos espaços que implicam sempre um conhecimento iniciático. O sistema religioso africano é forçado a coabitar com as religiões cristãs sob a dupla pressão da administração colonial e dos missionários. Os movimentos profético-messiânicos, conhecidos pelo menos desde os princípios do século XVIII, manifestam a decisão de africanizar as propostas cristãs<sup>17</sup>.

- Estamos perante uma outra estratégia africana que visa a salvaguarda da sua identidade: a apropriação de ideias, de comportamentos e de técnicas do colonizador que permitam criar estruturas de protecção dos seus valores e das suas práticas identitárias. Se os africanos são obrigados a um “corpo liso”, isento de marcas – tatuagens, escarificações, incisões – idêntico ao dos europeus, mantêm eles um corpo flexível, suporte dos espíritos que se manifestam nas cerimónias rituais através da dança associada à música e ao canto, elementos constantes das culturas africanas, criando uma fronteira físico-espiritual com os europeus. A “posse” é por isso a instância que separa radicalmente os africanos dos europeus.
- Registe-se também a integração e a utilização de outras propostas europeias das quais a mais surpreendente é a banalização da escrita portuguesa no espaço amplo dos chefes africanos: operação iniciada já no século XVI, na corte congoleza, tendo o movimento sido retomado no século XVII na região de Ambaca e continuado ou até alargado na região dos Dembos<sup>18</sup>. Situação que encontrou um reforço substancial na utilização da máquina de escrever para assegurar a conservação de arquivos históricos africanos. Obrigados a entrar na engrenagem dos portugueses, os africanos inventam novas fórmulas culturais capazes de permitir a preservação da sua identidade, sem todavia recusar a dinâmica da mudança.

---

<sup>17</sup> MARGARIDO, A., 1968.

<sup>18</sup> Ver *AFRICAE MONUMENTA*, 2002.

## CONCLUSÃO

Se a história da formação do território angolano colonial não é redutível à falsa neutralidade dos mapas, pois não pode ela separar-se da violência da fragmentação imposta pelo colonizador à terra africana, recorrendo à eliminação dos usos sociais e dos marcadores simbólicos dos territórios e das identidades que neles se reviam, permite-nos ela, contudo salientar duas questões de natureza diferente, embora complementares:

1. O desmantelamento da terra africana e a construção do território colonial angolano foram cientificamente organizadas pelo colonizador, arrastando consigo a criação de uma identidade colonial angolana destinada a eliminar a vitalidade das culturas africanas. Esta situação autorizava o colono branco a recuperar a aparelhagem conceptual e as práticas europeias, indispensáveis ao esvaziamento das formas africanas e à organização de meios e de regras destinadas a assegurar a modernização colonial.

Sem os seus territórios, os africanos procuraram preservar os valores fundamentais da sua identidade, mesmo se “prisioneiros” de etnias “fabricadas”, de espaços controlados, de hierarquias discriminatórias, de formas culturais e materiais impostas pela força. Aderiram à ideia de que a identidade não era estática e deram-se os instrumentos – utilizando as propostas do colonizador – para construir uma identidade angolana. A estratégia é clara: uma nova identidade era inevitável, pelo que se impunha o controlo e a gestão do processo, afastando o colonizador e preservando, assim, valores seculares que hoje permanecem numa identidade angolana marcada pela diversidade dos grupos históricos que a compõem.

2. Como sabemos pelo menos desde Platão, a autonomia do Mesmo constrói-se na relação polémica e crítica com o Outro. A história comparada sem a qual não há conhecimento eficaz das articulações sociais aparece assim como um dos vectores que estruturam este estudo.

Comparar deve neste caso ser interpretado como o movimento que permite dar conta simultaneamente da heterogeneidade dos sistemas culturais e dos processos de socialização inventados pelos homens no longo curso das suas histórias e da homogeneidade das soluções encontradas pelas sociedades ocidentais, nas quais acabou por se integrar o continente africano: os espíritos pairam ainda nas cabeças dos homens, mas deixaram de impedir as suas iniciativas e de impor normas rígidas ou regras imperativas. Tanto os aparelhos mentais, como os políticos e os económicos, mantendo embora a nostalgia dos “puros” valores africanos, procuram responder de maneira eficaz à solicitação do “espírito do capitalismo”.

# BIBLIOGRAFIA

## 1. Fontes

*AFRICAEMONUMENTA – A Apropriação da escrita pelos Africanos – Arquivo Caculo Cacahenda*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2002.

ALMEIDA, João de, *Operações militares nos Dembos em 1907*, Lisboa, 1909.

– *Sul de Angola – Relatório de um governo de distrito 1908-1910*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1936; 1.ª edição: 1912.

*Angola - Apontamentos sobre a Colonialização dos Planaltos e Litoral do Sul de Angola. Documentos*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940, vol. III, 1856-1893.

ASSIS JÚNIOR, António de, *Relato dos Acontecimentos de Dala Tando e Lucala*, Luanda, União dos Escritores Angolanos, 1985; 1.ª edição: 1917.

– *O segredo da morta (romance de costumes angolenses)*, Lisboa, Edições 70, 1979; 1.ª edição: 1936.

BAPTISTA, Pedro João, «Viagem de Angola para Rios de Senna», «Explorações dos Portugueses no Interior d’Africa Meridional (...)», *Annaes Marítimos e Coloniaes*, Lisboa, III, 5, pp.162-190; III, 6, pp.223-240; III, 7, pp.278-297; III, 9, pp.423-440; III, 10, pp.493-506; III, 11, pp.538-552, 1843.

BARROSO, Pe. António J.S., “Discurso recitado na sessão de 10 do corrente”, *Actas da Sociedade de Geografia de Lisboa, Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 10 de Novembro de 1909, pp. 140-145.

CAPELLO, Hermenegildo, IVENS, Roberto, *De Benguella às Terras de Iacca - Descrição de Uma Viagem na África Central e Occidental*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, 2 volumes. Reedição, Lisboa, Europa-América, 1998.

CARVALHO, Henrique Augusto Dias de, *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*, Lisboa, Imprensa Nacional, vol. I: *De Loanda ao Cuango*, 1890; vol. II: *Do Cuango ao Chicapa*, 1892, vol. III: *Do Chicapa ao Luembe*, 1893; vol. IV: *Do Luembe ao Calanhi e Regresso a Lisboa*, 1894.

– *Ethnographia e História tradicional dos povos da Lunda*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890a.

– “Discurso lido pelo sr. major Henrique de Carvalho na sessão de 10 de Novembro de 1890”, *Actas da Colecção Official da Legislação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.

*Concessões de terrenos nas províncias ultramarinas*, Carta de Lei de 9 de Maio de 1901, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901.

CORDEIRO, Luciano, *Viagens, explorações e conquistas dos portugueses: colecção de documentos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, 6 volumes.

COUCEIRO, Henrique Mitchell de Paiva, *Relatório da viagem entre Bailundo e as terras do Mucusso*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.

– *Angola. Estudo Administrativo*, Lisboa, 1898.

– *Angola, dous annos de Governo, Junho 1907-Junho 1909*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910.

– *Angola (Projecto de Fomento)*, (separata “Portugal Colonial”), Lisboa, 1931.

DINIZ, José de Oliveira Ferreira, *Populações indígenas de Angola*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918.

– *A Missão Civilizadora do Estado em Angola*, Lisboa, Centro Tipográfico Colonial, 1926.

– *Projecto de Plano de Política Colonial em Angola*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1926.

– “Os Portugueses em Angola”, *Boletim Geral ds Colónias*, n.º 42, 1928.

LIVINGSTONE, David, *Explorations dans l’intérieur de l’Afrique Austral et voyages à travers le continent (...) de 1850 à 1856*, Paris, Hachette, 1859.

– *Letters 1843 to 1872*, Joanesburgo, The Brenturst Bain Press, 1985.

LIVINGSTONE, David e Charles, *Explorations dans l’Afrique Australe et dans le Bassin du Zambèze depuis 1840 jusqu’à 1864*. Traduction de H. Loreau, Paris, 1866.

MACEDO, José de, *Autonomia de Angola. Estudo de Administração colonial*, Lisboa, 1910.

MAGYAR, Lázlo, *Reisen in Sud-Afrika in den Jahren 1849 bis 1857*, Nendeln Kraus Reprint, 1973; 1.<sup>a</sup> edição: 1859. Tradução portuguesa, Luanda 1990 (não publicada).

MARTINS, J.P. de Oliveira, *O Brasil e as colónias portuguesas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

PINTO, Alexandre A.R. de Serpa, *Como eu atravessei a África do Atlântico ao mar Índico. Viagem de Benguella à contra-costa (1877-1879)*, Londres, Sampson Low, Marston, 1881, 2 volumes.

PORTO, António Francisco Ferreira da Silva, «Novas Jornadas de Silva Porto nos Sertões Africanos», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 5.<sup>a</sup> série, (1), 1885, pp. 4-36; (3), 1885, pp. 145-172; (9), 1885, pp. 569-586; (10), 1885, pp. 603-642; 6.<sup>a</sup> série, (1), 1886, pp. 56-62; (3), 1886, pp. 189-194; (4), 1886, pp. 255-258; (5), 1886, pp. 307-322; (7), 1886, pp. 441-452; (8) 1886, pp. 537-540.

– *Viagens e Apontamentos de um Portuense em África*, introdução e notas de Maria Emília Madeira Santos, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1986.

*Regulamento Geral de Trabalho dos Indígenas*, decreto n.º 951, Lisboa, Imprensa Nacional, 1914.

## Estudos

As obras aqui indicadas constituem o núcleo central de propostas teóricas e de estudos utilizados tanto na fundamentação e definição das problemáticas como na análise dos temas que integram este trabalho.

ALEXANDRE, Valentim, “O projecto colonial português e a partilha de África”, in *O Império africano, 1825-1890*, coordenação de Valentim Alexandre e Jill Dias, *Nova História da Expansão portuguesa*, dir. de Joel Serrão e Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, vol. X.

– “A África no imaginário político português, séculos XIX-XX” in *Penélope*, 1995, n.º 15, pp. 39-52.

– *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto, Afrontamento, 2000.

AMARAL, Ilídio, *Aspectos do povoamento branco de Angola*, vol. 74, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1960.

– “Entre o Cunene e o Cubango, ou a propósito de uma fronteira africana”, *Garcia de Orta*, série de Geografia, Lisboa, 6 (1-2), 1980-1981, pp. 1-50.

AMSELLE, Jean-Loup, “L’Afrique: un parc à thèmes”, *Les Temps Modernes*, “Afriques du Monde – Hommage à Jean Pouillon”, n.ºs 620-621, Paris, 2002.

– *Logiques métisses. Anthropologie de l’identité en Afrique et ailleurs*, Paris, Payot, 1990.

AMSELLE, J.-L. e M’BOKOLO. Elikia, ed., *Au coeur de l’ethnie. Ethnies, tribalisme et Etat en Afrique*, Paris, Éditions de la Découverte, 1985.

AREIA, Manuel L. Rodrigues de, *Les symboles divinatoires*, Coimbra, Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, 1985.

AUGÉ, Marc, *La construction du Monde. Religions, représentations, idéologies*, Paris, Maspero, 1979.

BAECQUE, Antoine de, *Le Corps de l’Histoire. Métaphores et politique (1770-1800)*, Paris, Calmann-Lévy, 1993.

BALIBAR, Étienne e WALLERSTEIN, Immanuel, *Race, nation, classe. Les identités ambiguës*, Paris, Éditions La Découverte, 1997.

- BASTOS, Augusto, “Ethnographia do distrito de Benguela”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 28.ª série, 3, 1909.
- BENDER, Gerald, *Angola sob o domínio português. O mito e a realidade*, Lisboa, Sá da Costa, 1980; 1.ª edição inglesa: 1978.
- BIRMINGHAM, David, Merchants and Missionaries in Angola, 1890-1910”, *Lusotopie*, 1997.  
 – “The coffee Barons of Cazengo”, in *Portugal and Africa*, Londres, Macmillan Press Lda., 1999.
- BRAUDEL, F., “La longue durée”, *Annales E.S.C.*, 4, 1958.  
 – *Civilização material, economia e capitalismo – séculos XV-XVIII*, T. I: *Civilização Material e capitalismo*, Lisboa, Cosmos, 1970; T. II: *Os Jogos das trocas*, Lisboa, Cosmos, 1985; T. III: *O tempo do Mundo*, Lisboa, Teorema, 1993.  
 – *A Dinâmica do Capitalismo*, Lisboa, Teorema, 1983.
- BRUNSCHWIG, Henri, *L'avènement de l'Afrique noire du XIX<sup>ème</sup> à nos jours*, Paris, Colin, 1963.  
 – *A Partilha da África*, Lisboa, Publ. D. Quixote, 1972; 1.ª edição francesa: 1971.
- BURGUIÈRE, André, “L' anthropologie historique”, in BEDARIDA, François, dir., *L'histoire et le métier d'historien en France 1945-1995*, Paris, Édition de la Maison des Sciences de l'Homme, 1995, pp. 171-185.
- CAETANO, Marcelo, *Os nativos na economia africana*, Coimbra, 1954.
- CERTEAU, Michel de, *L'écriture de l'Histoire*, Paris, Gallimard, 1975.
- CHILCOTE, Ronald, *Emerging Nationalism in Portuguese Africa*, Stanford, 1972.
- CHRÉTIEN, J.-P. e PRUNIER, G., *Les ethnies ont une histoire*, Paris, Karthala, 1989.
- CLARENCE-SMITH, Gervase, *Slaves, Peasants and Capitalists in Southern Angola 1840-1926*, Cambridge, Cambridge University Press, 1979.
- Citoyenneté et Urbanité*, AAVV, Paris, Éd. Esprit, 1991.
- COELHO, Virgílio, “A questão do controlo da terra e da territorialidade no antigo reino do Ndongo, vista através de um relato do fim do século XIX”, in *Reunião Internacional de História de África (III) – A África e a instalação do sistema colonial (c. 1885-1930)*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000, pp. 187-200.
- CONDOMINAS, Georges, *Nous avons mangé la forêt*, Paris, Flammarion, 1982.
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine, *Afrique Noire. Permanences et Ruptures*, Paris, Payot, 1985.
- CUNHA, Joaquim M. da Silva, *O sistema português de política indígena*, AGU, Lisboa, 1952.  
 – *O Trabalho Indígena: Estudo do Direito Colonial*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954 (2ª ed.).
- DEVISSE, J., “Les Africains et l'eau: la longue durée”, *Les Politiques de l'eau en Afrique*, Paris, 1985.
- DIAS, Jill, “Uma questão de identidade. Respostas itnelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula de Angola Portuguesa – 1870-1930”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, I, 1984, pp. 61-94.  
 – “Mudanças nos padrões de poder no hinterland de Luanda. O impacto da colonização sobre os mbundu (c. 1845-1920)”, in *Penélope*, n.º 14, Lisboa, 1994, pp. 43-91.  
 – “O Kabuka Kambilu, uma identidade política ambígua (c. 1850-1900)”, in *Actas do Seminário Encontro de Povos e Culturas em Angola*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 13-54.
- DUCHET, Michèle, *Anthropologie et Histoire aux siècles des Lumières*, Paris, Flammarion, 1977.
- DUMÉZIL, Georges, *Mythe et épopée. I. L'idéologie des trois fonctions dans les épopées des peuples indo-européens*, Paris, Gallimard, 1968.
- DUMONT, René e MOTTIN, M.-F., *L'Afrique étranglée*, Paris, Seuil, 1981.

- FALL, Yoro K., *L'Afrique à la naissance de la cartographie moderne*, Paris, Khartala, 1982.
- FANON, Frantz, *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Porto, A. Ferreira, s/d (1ª ed. 1952).
- FELNER, Alfredo A., *Angola. Apontamentos sobre a colonização dos Planaltos e Litoral do sul de Angola. Documentos*, 3 volumes, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940.
- FERREIRA, Vicente, “Colonização étnica da África Portuguesa”, *II Congresso da União Nacional*, Lisboa, 1944.
- FERRO, Marc, *Falsificações da História*, Lisboa, Publicações Europa-América, s/d.
- FREUDHENTAL, Aida, *Angola*, in *O Império Africano – 1890-1930*, coordenação de Oliveira Marques, *Nova História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001, vol. XI, pp. 259-467.
- FURET, François, *L'Atelier de l'Histoire*, Paris, Flammarion, 1982.
- GALVÃO, Henrique, *Para uma nova política em Angola*, vol. I, Agência Geral das Colónias, 1937, Lisboa.
  - *Outras Terras, Outras Gentes (viagens em África)*, Porto, Empresa do “Jornal de Notícias”, vol. I, s/d (c. 1944).
  - *Antropófagos*, Lisboa, Editorial “Jornal de Notícias”, 1947.
- GALVÃO, Henrique e SELVAGEM, Carlos, *O Império Ultramarino Português*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, Volumes III e IV, 1952-1953.
- GARCIA, J.C. e SANTOS, Maria Emília Madeira, “A representação antes da alienação: imagens cartográficas da organização do espaço angolano (1883-1890), *Reunião Internacional de História de África (III) – A África e a instalação do sistema colonial*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000, pp. 91-115.
- GELLNER, Ernest, *Nações e Nacionalismos*, Lisboa, Gradiva, 1993.
- GINZBURG, Carlo, *À distance. Neuf essais sur le point de vue en histoire*, Paris, Éditions Gallimard, 2001 (1.ª edição italiana, 1998).
- GLUCKMAN, Max, *Order and Rebellion in tribal Africa*, Londres, Cohen and West, 1963.
- GONÇALVES, António Custódio, *Tradição e modernidade na (re)construção de Angola*, Porto, Edições Afrontamento, 2003.
- GOODY, Jack, *Domesticação do pensamento selvagem*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.
  - *La peur des représentations*, Paris, Éditions La Découverte, 2003.
- GRANADO, António Coxito (Antonito), *Dicionário Corográfico-Comercial de Angola*, 1.ª ed., 1947, Edições Antonito, Luanda, 1955.
- GREEN, William A., *History, Historians, and the Dynamics of Change*, Westport, Connecticut, Londres, Praeger, 1993.
- GUILLE-ESCURET, Georges, *Les Sociétés et leurs Natures*, Paris, Colin, 1989.
- HENRIQUES, Isabel Castro, “Interférence du Religieux dans l'Organisation du Commerce en Angola (XIX<sup>e</sup>)”, *L'Invention Religieuse en Afrique*, dir. J.P. Chrétien, Paris, Karthala, 1993, pp. 133-151.
  - *Percursos da Modernidade em Angola. Dinâmicas comerciais e transformações Sociais no século XIX*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto da Cooperação Portuguesa, 1997. Versão portuguesa de *Commerce et changement en Angola au XIXe siècle. Imbangala et Tshokwe face à la modernité*, Paris, L'Harmattan, 1995, 2 volumes.
  - “Comércio e empresários africanos em Angola na 2ª metade do século XIX”, in *Economia Global e Gestão*, Lisboa, ISCTE, 1996, pp. 55-74.
  - “Tempos africanos, leituras portuguesas. Tentativa de sistematização”, in *Actas do Seminário “Encontro de Povos e Culturas em Angola”*, Lisboa e Luanda, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997, pp. 479-499.



- “L’urbanisation commerciale en Angola au XIXe siècle”, in *Universo urbanístico português 1415-1822*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 313-330.
- “As «fronteiras dos espíritos» na África Central”, in FARINHA, A.Dias, CARREIRA, J.Nunes, SERRÃO, V., *Uma vida em História. Estudos em Homenagem a António Borges Coelho*, Lisboa, Editorial Caminho, 1998, pp. 539-558.
- “A sociedade colonial em África. Ideologias, herarquias, quotidianos”, in Bethencourt, Francisco e Chaudhuri, Kirti, *História da Expansão Portuguesa*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, pp. 216-274.
- “Comércio e organização do espaço (c. 1870-1950)”, in *Actas da III Reunião Internacional de História de África*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000, pp. 71-90.
- “A (falsa) passagem de escravo a indígena”, in *As Crises em Portugal nos séculos XIX e XX*, coord. de Sérgio Campos Matos, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 81-97.

HÉRITIER, Françoise, *L'exercice de la parenté*, Paris, Gallimard, 1981.

*Histoire et Structures*, número especial da revista *Annales E.S.C.*, Paris, Maio-Agosto, 1971.

*Image et Histoire*, AAVV, Paris, Éd. Publisud, 1987.

JOÃO, Maria Isabel, *Memória e Império. Comemorações em Portugal 1880-1960*, Lisboa, Ed. Gulbenkian, 2003.

LABAN, Michel, *Angola, Encontro com Escritores*, Porto, Fundação Eng.º António de Almeida, 1991, 2 volumes.

LANTERNARI, Vittorio, *Les Mouvements religieux des peuples opprimés*, Paris, Maspero, 1962.

*L'Autre et Nous – “scènes et types”*, dir. de Blanchard, Blanchoin, Bancel, Boëtsch e Gerbean, Paris, ACHAC/UNESCO, 1995.

LEFEBVRE, Henri, *La production de l'espace*, Paris, Anthropos, 1974.

LE GOFF, J., LEROY LADURIE, E., DUBY, G., dir., *A Nova história*, Lisboa, Edições 70, 1978.

LE GOFF, J. e NORA, P., *Faire de l'Histoire*, 3 volumes, Paris, Gallimard, 1974.

“Les usages de la nature”, *Le Genre Humain*, 12, Bruxelas, Éditions Complexe, 1985.

LÉVI-STRAUSS, Claude, *Race et Histoire*, Paris, UNESCO, 1952 (1.ª edição).

– *Anthropologie structurale*, Paris, Plon, 1958.

– *Le regard éloigné*, Paris, Plon, 1983.

*Lire L'espace*, dir. de Poirier, Jacques e Wunenburger, Jean-Jacques, Bruxelas, Éditions OUSIA, 1996.

MARGARIDO, Alfredo, “I movimenti profetici e messianici angolesi”, *Rivista Storica Italiana*, Roma, LXXX, 3, 1968, pp. 538-592.

– “Les porteurs: forme de domination et agents de changement en Angola (XVII-XIX)”, in *Le Sol, La parole et l'écrit. Mélanges en hommage à Raymond Mauny*, Paris, Société Française d'Histoire d'Outre-Mer, 1981, pp. 377-400.

– “Algumas formas da hegemonia africana nas relações com os europeus”, *Reunião Internacional de História de África (I) – Relações Europa-África no 3.º quartel do século XIX*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989, pp. 383-406.

MARIENSTRAS, R., *Le Proche et le Lointain*, Paris, Éditions de Minuit, 1981.

MARTINS, J.P. de Oliveira, *O Brazil e as Colónias Portuguezas*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1881.

MARTINS, M.A. de Morais, *Angola (do meu bernal de recordações)*, Lisboa, Editora Internacional, 1998.

MASOLO, Dismas A., “Community, identity and the cultural space”, in “Philosophies africaines: traversées des expériences”, *Rue Descartes/36*, Paris, PUF, 2002.

- MATTOS, J.R. Norton de, *Memórias e Trabalhos da minha vida*, Editora Marítimo-Colonial Lda., Lisboa, 1944, 4 volumes.
- M'BOKOLO, Elikia, *Afrique Noire. Histoire et Civilisations*, Paris, Hatier, 1992, tomo 2.
- MEDINA, João, «O Terceiro Império português. O império africano. O novo sonho dum “novo Brasil em África”», in MEDINA, J., dir., *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, vol. V, 1993, pp. 207-256.
- “Gilberto Freyre contestado: o luso-tropicalismo criticado nas colónias portuguesas como alibi colonial do salazarismo”, *Revista da USP*, n.º 45, São Paulo, 2000, pp. 48-61.
- MEILLASSOUX, Claude, *Terrains et théories*, Paris, Anthropos, 1977.
- MEMMI, Albert, *Portrait du colonisé précédé du portrait du colonisateur*, Paris, Buchet-Chastel, 1957.
- MILHEIROS, Mário, *Notas de Etnografia Angolana*, IICA, Luanda, 1967.
- *Índice Histórico-Corográfico de Angola*, IICA, Luanda, 1972.
- MORAIS, J.A. da Cunha, *África Occidental. Album photographico e descriptivo*, Lisboa, David Corazzi, 1885-1888, 4 volumes.
- OLIVEIRA, Mário António F. de, *Reler África*, Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1990.
- PASTOREAU, Michel, *Couleurs, images, symboles. Études d'histoire et d'anthropologie*, Paris, Le Léopard d'or, 1989.
- *Dictionnaire des couleurs de notre temps: symbolique et société*, Paris, Bonneton éd., 1996.
- PAUL-LÉVY, F., e SEGAUD, M., *Anthropologie de l'espace*, Paris, Centre Georges Pompidou, 1983.
- PÉLISSIER, René, *Les Guerres Grises. Résistances et Révoltes en Angola (1845-1941)*, Orgeval, Ed. Autor, 1977.
- *La Colonie du Minotaure. Nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961)*, Orgeval, 1978.
- PEREIRA, Rui, “Antropologia aplicada na política colonial portuguesa do Estado Novo”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, n.º 4-5, 1986.
- PEREC, G., *Espèces d'espaces*, Paris, Denoel-Gonthier, 1976.
- PERSON, YVES, “L'Afrique Noire et ses frontières”, *Le Mois en Afrique*, 80, 1972, pp. 18-43.
- POIRIER, J. e WUNNENBURGER, J.-J., *Lire l'Espace*, Bruxelas, Éditions OUSIA, 1996.
- Problèmes de frontières dans le Tiers-Monde*, Paris, Université de Paris VII, L'Harmattan, 1982.
- Reunião Internacional de História de África (III) – A África e a instalação do sistema colonial – 1885-1930*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000.
- RIBEIRO, Orlando, *A Colonização de Angola e o seu fracasso*, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa, 1981.
- ROUGET, Gilbert, “Un chromatisme africain”, *L'Homme*, I, 3, Paris, 1961.
- SANTOS, Maria Emília Madeira, *Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988; 1.ª edição: 1978.
- *Nos Caminhos de África. Serventia e Posse. Angola no século XIX*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998.
- SEBESTYÉN, Eva, “Os «Arquivos» de Sobas Ambundu: um caso transcultural dos testamentos de Angola”, in *Actas do IV Curso de Verão da Ericeira – População: encontros e desencontros no espaço português*, Ericeira, Mar de Letras Editora, pp. 51-74, 4 volumes.
- SILVEIRA, Luís, *Ensaio sobre a iconografia das cidades portuguesas do Ultramar*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1963.

- STEINER, George, *Extraterritorialité. Essais sur la littérature et la révolution du langage*, Paris, Calmann-Lévy, 2002 (1.<sup>a</sup> edição inglesa 1968).
- TORRES, Adelino, *O Império Português. Entre o Real e o Imaginário*, Lisboa, Escher, 1991.
- TURNER, Victor W., *The forest of symbols. Aspects of Ndembu Village life*, New York, Cornell University Press, 1967.
- Usages (Les) de la Nature*, AAVV, Paris, Éd. Complexe, 1985.
- VELLUT, Jean-Luc, “Les grands tournants dans l’histoire de l’est de la Kwanza au XIX<sup>e</sup> siècle”, *Revista do Departamento de Biblioteconomia e História*, Rio Grande, Janeiro-Junho s/d., pp. 93-111.
- “L’économie internationale des côtes de Guinée inférieure au XIX<sup>e</sup> siècle”, *Reunião Internacional de História de África (I) – Relações Europa-África no 3.<sup>o</sup> quartel do século XIX*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989, pp. 135-206.
- WALLERSTEIN, Immanuel, *The Modern World-System*, New York, Academic Press, vol. I, 1974; vol. II, 1980. Traduções francesa (Paris, Flammarion, 2 volumes, 1980 e 1984).
- *Impenser la Science Sociale. Pour sortir du XIX<sup>e</sup> siècle*, Paris, PUF, 1995.
- WHELLER, Douglas, “Origins of African Nacionalism in Angola: «Assimilado» protest writings 1859-1929”, in CHILCOTE, R., dir., *Protest and resistance in Angola and Brasil*, Berkeley, University of California Press, 1972, pp. 67-87.
- WHELLER, D. e PÉLISSIER, R., *Angola*, New York, Praeger, 1971.
- WORSTER, Donald, *Les pionniers de l’Écologie. Une histoire des idées écologiques*, Paris, Éd. Sang de la Terre, 1992 (1.<sup>a</sup> ed. Cambridge, CUP, 1985).
- WUNENBURGER, Jean-Jacques, “Imagination géographique et psycho-géographie”, in *Lire l’espace*, Bruxelles, Éditions OUSIA, 1996, pp. 399-414.
- ZUMTHOR, Paul, *La Mesure du Monde*, Paris, Seuil, 1993.